



TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE NA POLÍTICA

ELEIÇÕES 2024

BOLETIM SOBRE O PROCESSO POLÍTICO EM MOÇAMBIQUE



Editor: Lázaro Mabunda | Director: Edson Cortez | Assessor: Joseph Hanlon | Oficial de Comunicação: Liliana Mangove

Número 359 – 12 de Janeiro de 2024

Publicado pelo CIP, Centro de Integridade Pública, Rua Fernão Melo e Castro, nº 124, Maputo, Moçambique.
eleicoes@cipmoz.org <https://www.cipeleicoes.org/>

O material pode ser reproduzido livremente, mencionando a fonte

Para subscrever a edição em Inglês <https://cipeleicoes.org/eng/>
e a versão em português <https://www.cipeleicoes.org/>

Número de empresas da família presidencial duplicou no último mandato de Nyusi
(baixe o boletim através do <https://bit.ly/3O6Et7g>)

CIP e Plataforma Decide pedem intervenção das Nações Unidas e do Conselho da Europa para evitar escalada de violência

As duas organizações da sociedade civil entendem que a intervenção das Nações Unidas, do Conselho da Europa e de outros actores relevantes, será crucial para se evitar uma nova escalada de violência nos próximos dias. Pede que aqueles organismos tomem medidas enérgicas como “tem feito em relação a outros países” para evitar mais assassinatos de cidadãos pela Polícia.

Igualmente, apelam que as Nações Unidas e ao Conselho da Europa apoiem o diálogo político inclusivo para uma solução sustentável que tenha em conta os interesses do povo moçambicano (baixe os documentos aqui, link [1,2&3](#)).

As organizações explicam que a reacção do Governo e de outras autoridades estatais contra a população “foi extremamente repreensível, marcada por graves violações dos direitos humanos, incluindo assassinatos, torturas e desaparecimentos forçados, factos que foram constantemente transmitidos em todo o mundo”.

Nas cartas, uma dirigida ao secretário geral das Nações Unidas, António Guterres outra ao presidente do Conselho da Europa, António Costa, e a terceira ao Instituto Internacional Republicano (IRI), as organizações denunciam que as autoridades estatais reduziram a dissidência política a actos de vandalismo, criminalidade e terrorismo, privando os manifestantes da sua dignidade humana e dos seus direitos políticos. Igualmente, acrescentam, membros da sociedade civil e políticos da oposição são regularmente intimidados e ameaçados de morte, e muitos foram mortos nas últimas semanas. Afirmam que foram vários os apelos ao diálogo político antes do anúncio dos resultados pelo Conselho Constitucional, o que poderia ter evitado as mais de 140 mortes em três dias, mas “infelizmente não foi considerado prioritário”. Acusam o Presidente da República, Filipe Nyusi, de ter realizado várias reuniões no âmbito da crise, “sem agenda e sem criar condições para que os

principais actores da sociedade política nelas participassem. Apenas serviram para iludir a comunidade internacional e prolongar a crise”.

Alertam que a aproximação da tomada de posse pode aumentar a escalada de violência. Por isso, apelam às Nações Unidas para que tomem “medidas enérgicas e urgentes no sentido de desempenhar um papel de relevo na actual crise, demonstrando o seu empenho na defesa dos direitos humanos e da democracia em África, tal como tem feito em relação a outros países, e não esperando que a situação se agrave para tomar uma posição assertiva.”

Desde o início das manifestações, a 19 de Outubro, já foram assassinados quase 300 manifestantes, 80% dos quais alvejadas com armas de fogo pela Polícia, 4.201 detidos, mais de 3.000 feridos e mais de 20 desaparecidos.

MDM e Renamo boicotam tomada de posse e deixam PODEMOS com a Frelimo

O Movimento Democrático de Moçambique e a Renamo ordenaram aos seus deputados eleitos para não tomarem posse amanhã em contestação aos resultados eleitorais fraudulentos. Os representantes do MDM tomarão posse noutro dia e a Renamo disse apenas que os seus deputados não tomarão.

Segundo uma fonte do MDM, não faz sentido os deputados tomarem posse justamente amanhã perante o Presidente da República, se não concordaram com os resultados eleitorais. Assim, não vão tomar posse perante o Presidente da República pois estariam a manifestar legitimidade dos resultados fraudulentos.

Por seu turno, o porta-voz da Renamo, Marcelino Macome, disse que o seu partido entende que a tomada de posse está “disprovida de qualquer valor solene” e constitui “ultraje social e desrespeito à vontade dos moçambicanos, pelo que não fará para dessa sessão de tomada de posse”.


Segundo a Renamo, a vontade de povo passa necessariamente pela realização de eleições transparentes, livres e justas e não por eleições administrativas”, explicou Macome, acrescentando: “Não faz sentido que a Renamo se aproprie dos assentos administrativos”, atribuídos pelo Conselho Constitucional.

Novo Governo poderá ter elementos da oposição

O novo governo a ser nomeado depois do dia 15 de Janeiro poderá incorporar alguns membros da oposição e figuras aparentemente ligadas à sociedade civil. As informações são de fontes ligadas ao partido Frelimo e de alguns partidos da oposição.

Segundo as mesmas fontes, os três partidos da oposição representados no próximo parlamento, nomeadamente o PODEMOS, a Renamo e o MDM, foram solicitados indicar um membro para ser nomeado para algum cargo no âmbito do novo Governo. O que as fontes não sabem é quais são os cargos para os quais serão nomeados os elementos da oposição.

A confirmar-se, esta é uma solução paliativa encontrada pela Frelimo para reduzir a contestação sobre a exclusão política a que está sujeita a oposição.

	FICHA TÉCNICA:	ENDEREÇOS:
	<p>Director: Edson Cortez</p> <p>Autor: Lázaro Mabunda</p> <p>Editor: Lázaro Mabunda</p> <p>Assessor: Joseph Hanlon</p> <p>Revisão Linguística: Samuel Monjane</p> <p>Layout: Alberto Manguela</p>	<p>Centro de Integridade Pública Bairro da Sommerschild, Rua Fernão Melo e Castro nr. ° 124, Maputo</p> <p>Web: https://www.cipeleicoes.org/</p> <p>Facebook: @cipeleicoes</p> <p>Instagram: @cipeleicoes</p> <p>Tiktok: @cipmoz</p> <p>Telegram: +258 843890584</p>

Financiado por:



Parceiros do CIP:

